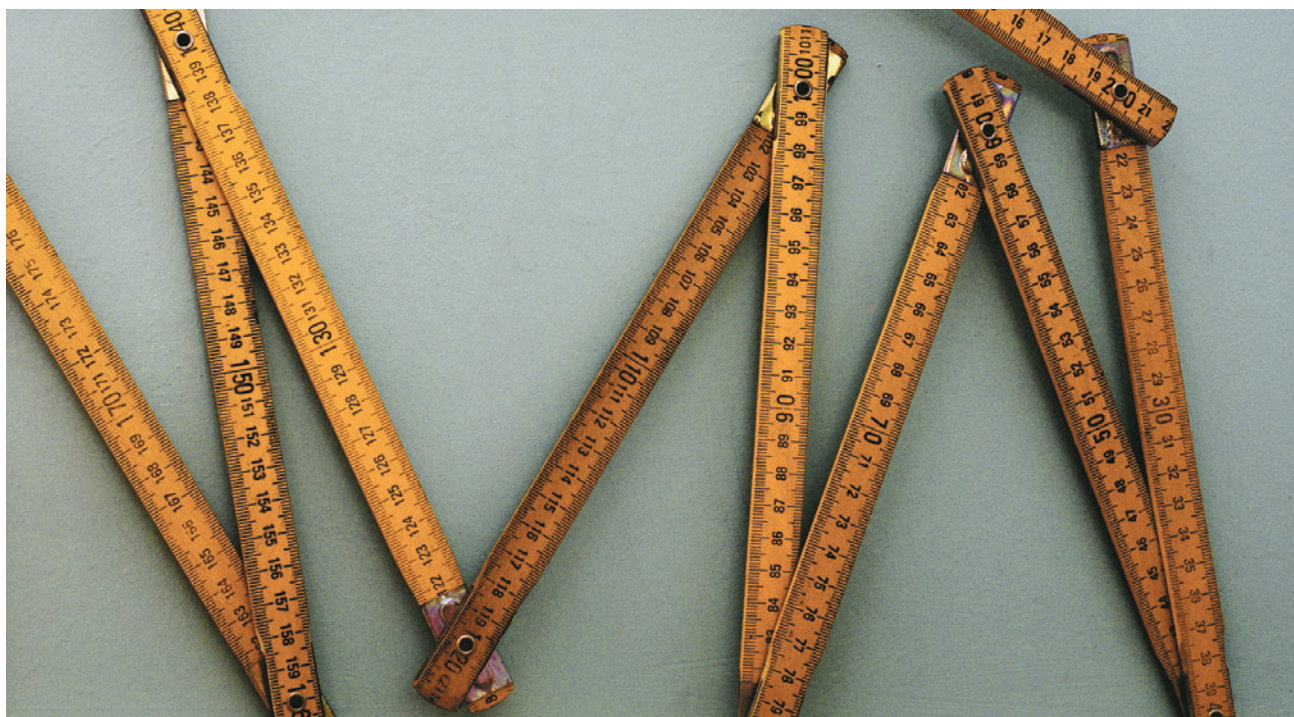


## DESCENTRALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS E MELHORIA DAS APRENDIZAGENS



Joana Gaio

Desde os anos 80, a avaliação das escolas adquiriu relevância nas políticas educativas devido às mudanças introduzidas na regulação dos sistemas educativos. Na realidade, o Estado provedor do serviço público de educação construído no pós-guerra, responsável pela produção e controlo das normas sobre currículos e programas, recursos materiais e financeiros ou organização e funcionamento das escolas, emagreceu em virtude da progressiva alienação de algumas competências. Esta descentralização administrativa, que permitiu à escola ensaiar a construção da sua autonomia,

deslocou a responsabilidade do Estado para a avaliação do uso dos recursos pela escola e dos resultados escolares dos alunos, dando origem ao Estado avaliador. Para a emergência desta nova face do Estado também contribuiu a ideologia neoliberal, na medida em que a concretização de uma lógica de mercado educativo exigiu igualmente a avaliação das escolas, tendo em vista a publicação de *rankings* que identifiquem as melhores e facilitem o exercício da livre escolha da escola pelos “clientes”.

*“(a escola)... carece da avaliação externa a fim de se credibilizar socialmente e alimentar-se com informações provenientes de um olhar mais distanciado.”*

## **Articular avaliação externa e auto-avaliação**

A investigação sobre a avaliação das escolas e as práticas que se instituíram orientaram-se numa dupla perspectiva: uma, preocupada com a eficácia, a prestação de contas e a qualidade, centrou-se sobretudo nos resultados escolares; a outra privilegiou a melhoria do funcionamento da organização escolar. Ambas apresentaram debilidades. A primeira identificou factores de eficácia – a liderança profissional, a estabilidade do corpo docente, as expectativas elevadas sobre os alunos, um ambiente securizante, a relação escola-família, a monitorização dos progressos –, mas não sugeriu estratégias que as escolas pudessem implementar para se tornarem eficazes. A segunda, centrando excessivamente a sua atenção no desenvolvimento de uma cultura de colaboração entre os professores, não estabeleceu a necessária relação entre esta e a sala de aula e, portanto, não conseguiu melhorias significativas nas aprendizagens dos alunos. Assim, nos últimos anos, verificou-se alguma reconceptualização neste campo de que resultou uma nova perspectiva – a melhoria eficaz – que tem valorizado quer os resultados escolares quer a renovação dos processos para os alcançar.

A perspectiva da eficácia estimulou a avaliação externa com o objectivo de conhecer em que medida os resultados eram alcançados, enquanto a perspectiva da melhoria desenvolveu a auto-avaliação, tentando diagnosticar pontos fortes e pontos fracos no sentido de melhorar a escola. Apesar de, com alguma frequência, ambas surgirem em oposição, a melhoria eficaz tende a afirmar a sua complementaridade. Assim, a auto-avaliação constitui uma modalidade de regulação fundamental para a escola porque lhe proporciona

informação para definir as suas prioridades. Contudo, carece da avaliação externa a fim de se credibilizar socialmente e alimentar-se com informações provenientes de um olhar mais distanciado. Por outro lado, escola que não disponha de um sistema de auto-avaliação que recolha, trate, interprete e divulgue a informação e que, com base nela, produza recomendações para os órgãos de administração e gestão dificilmente pode aproveitar cabalmente os dados da avaliação externa. Esta, quando isolada, é encarada sobretudo como uma forma de controlo exterior, um atentado à autonomia da escola e dos professores e, como a investigação também o demonstra, não consegue agir directamente na promoção da melhoria da escola.

## **Avaliação das escolas em Portugal**

Em Portugal, a avaliação das escolas traduziu-se desde os anos 90 em tentativas isoladas e inconsequentes, mesmo após a publicação da lei de avaliação da educação e do ensino não superior, em 2002. Finalmente, em 2006, foi criado um grupo de trabalho encarregado de definir referenciais para a auto-avaliação e a avaliação externa, bem como os procedimentos, o calendário e as condições para a sua implementação e generalização. Relativamente à avaliação externa, o grupo de trabalho definiu um quadro de referência com cinco domínios: *resultados, prestação do serviço educativo, organização e gestão escolar, liderança e capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*. Quanto à auto-avaliação, o grupo de trabalho entendeu não recomendar um modelo específico pelo facto de esta implicar um compromisso por parte da comunidade educativa (ou uma parte significativa dela) e, nessa medida, qualquer modelo depender do saber dos seus membros e da cultura da organização. Apesar disso, o grupo de trabalho identificou cinco pontos comuns a todos os projectos de auto-avaliação e que constituem campos de análise obrigatória pelas escolas: *o projecto educativo, a organização e gestão, o clima e ambiente educativos, a participação da comunidade educativa e o sucesso escolar*. Importa, então, analisar a pertinência da escolha destes domínios e interpretar possíveis significados, designadamente onde situam eles o foco da mudança na escola e se privilegiam uma perspectiva de melhoria ou se têm como finalidade primeira a preparação da avaliação externa.



*“(...) a auto-avaliação constitui uma modalidade de regulação fundamental para a escola porque lhe proporciona informação para definir as suas prioridades.”*

## Valorizar os processos de ensino e aprendizagem

A política de centralização da educação deu prioridade ao programa definido a nível central e concretizado, de modo uniforme, na sala de aula pelos professores, ignorando a escola como espaço de intervenção nas aprendizagens. Entretanto, a descentralização e a autonomia fizeram emergir uma gestão baseada na escola, que apostou na introdução de mudanças ao nível da organização acreditando que elas, de forma mecânica, se repercutiriam na sala de aula e se traduziriam em melhoria nas aprendizagens dos alunos. Contudo, a investigação dos últimos anos tem demonstrado que esta expectativa não alcançou os progressos desejados. Neste sentido, no movimento pendular tão característico da investigação em educação e das teorias pedagógicas, a sala de aula e os processos de ensino-aprendizagem passaram a constituir, nos últimos anos, o eixo em torno do qual giram as preocupações com a melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares dos alunos.

Ora, o referencial de auto-avaliação definido pelo grupo de trabalho não identifica o domínio onde estão hoje centrados os esforços de melhoria das aprendizagens dos alunos e dos seus resultados escolares: os processos de ensino e aprendizagem. A convicção emergente é a de que são sobretudo variáveis de sala de aula as que podem proporcionar melhorias nas aprendizagens dos alunos. Neste sentido, é fundamental que a auto-avaliação se centre no diagnóstico dos pontos

fortes e fracos da escola ao nível das práticas docentes de planificação e gestão do currículo e dos programas, dos métodos de ensino, dos recursos mobilizados, das práticas de avaliação das aprendizagens, dos processos de flexibilização, individualização e diferenciação do currículo, das experiências de aprendizagem proporcionadas aos alunos e das modalidades de apoio pedagógico.

## Reelaborar o referencial de auto-avaliação

Assim, o referencial de auto-avaliação em vigor tem como objectivo primordial a preparação da avaliação externa. Por isso, é imperativo que as comunidades educativas, os órgãos de administração e gestão das escolas e sobretudo os professores efectuem um forte investimento na aquisição de saberes e competências capazes de apoiar a criação e dinamização de equipas de auto-avaliação. Sem ignorar os referenciais existentes, importa que as escolas reelaborem o de auto-avaliação para o centrar sobretudo na melhoria das aprendizagens dos alunos e nos processos de ensino e aprendizagem que as podem potenciar. Mas também interessa que não se ignore a experiência do passado, evitando a transformação da sala de aula num espaço celular, o que implica criar condições organizativas e modificar aspectos da cultura da escola que incentivem práticas de partilha e colaboração entre os professores. :

Mário Sanches  
E. S. António Inácio da Cruz (Grândola)